

DESTAQUE EDITORIAL

A LUTA DOS TRABALHADORES PELA ESCOLA

ROGÉRIO CUNHA CAMPOS

São Paulo, Loyola, 1989

(Coleção Educação Popular, 10)

"Estudar é um direito que nossos filhos têm e temos que nos agarrar com unhas e dentes nessa luta que é nossa."

Essa fala, de um morador de Ibirité, epígrafe da publicação em questão, expressa a preocupação central do autor: a reconstrução do papel dos movimentos sociais na democratização da escola. Campos reconstrói o processo de luta popular por escola, no final da década de 70 e início da década de 80, na região industrial de Belo Horizonte e Contagem. Para tal, o autor sistematiza alguns dos principais aspectos que envolvem a constituição social e política dos trabalhadores, no caso operários industriais de Belo Horizonte e Contagem, para, em seguida, analisar as demandas por educação escolar presentes em várias reivindicações das regiões pesquisadas estudando, especificamente, a reivindicação de um dos bairros por "extensão de série".

Nesse sentido, cabe enfatizar sua importância e nosso contentamento pela publicação, na medida em que esta é uma entre as ainda poucas publicações que tentam resgatar o papel da luta popular na história da educação brasileira. Assim, o presente estudo insere-se no grupo daqueles que vêm abordando questões teóricas importantes para a discussão da educação. Miguel Arroyo, em sua apresentação, sintetiza-as com precisão: o significado do ensino público para os setores populares e a redefinição da corrupção — autoritária e estrita — de Estado presente na história da educação. Questionando interpretações que reduzem essas lutas a mecanismos de articulação de poder ou a mecanismos de correção das distorções na distribuição dos bens coletivos, Campos tem por objetivo destacar a luta popular por escola no contexto da produção e reprodução da força de trabalho.

Claudia Vianna

BIBLIOTECA ESCOLAR: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

EDSON GABRIEL GARCIA (org.)

São Paulo, Loyola, 1989

(Práticas Pedagógicas, 3)

Numa época em que a maioria das escolas sobrevive sem a participação de bibliotecas, essa oportuna coletânea vem discutir e colaborar para a implantação de bibliotecas escolares na rede pública.

Escrita a muitas mãos, a coletânea traz o ponto de vista da variedade de profissionais envolvidos com a questão: professores de língua portuguesa ou coordenadores de sala de leitura, diretora de escola ou coordenadora de biblioteca, bibliotecários e professores universitários.

Contra um ideário que confunde biblioteca com alguns livros espalhados pelos cantos da sala, os autores querem tornar visível e efetivo o atendimento ao leitor escolar, especialmente após a aprovação do regimento da rede estadual de 1º e 2º graus de São Paulo, que determina o funcionamento de bibliotecas em todas as escolas. Revertendo antiga tendência, em que a biblioteca era até vista como lugar de castigo, esta amplia e se abre, passando a funcionar como apoio técnico-pedagógico nas atividades docente e discente, abrindo espaço para o trabalho conjunto entre educadores e bibliotecários no ensino público.

Marli Nunes

METODOLOGIA DA PESQUISA EDUCACIONAL

IVANI FAZENDA (org.)

São Paulo, Cortez, 1989

A área de metodologia da investigação educacional sofre cronicamente da falta de definições que aprofundem o debate teórico e que possam orientar o pesquisador iniciante no cipoal constituído pelas diversas linhas que ora se interpenetram, ora se confrontam na prática de pesquisa.

Nesse sentido, o livro em questão traz uma importante contribuição: discussões sustentadas por nove experientados investigadores, que traçam com nitidez um amplo panorama do atual estágio da metodologia de pesquisa em educação.

Em meio a estudiosos tão competentes, fica difícil destacar qualquer trabalho. No entanto, como exemplo de posturas teórico-metodológicas que se contrapõem, estabelecendo um profícuo debate, citaria os artigos dos professores Sérgio V. de Luna e Gaudêncio Frigotto. Os dois pesquisadores, por meio de cuidadosas elaborações, deixam à mostra opções bastante distintas para a análise de nossos problemas educacionais. São embates desse tipo que podem fazer avançar a construção de sólidos arcabouços que sustentem com maior competência a construção do conhecimento na área da educação.

Dagmar Zibas

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A INFÂNCIA POBRE NO BRASIL

IRENE RIZZINI, (Coord.)

Rio de Janeiro, Ed. Universitária Santa Úrsula/FINEP, 1989
(Série Estudos e Pesquisas, 3)

A Coordenação de Estudos sobre o Menor da Universidade Santa Úrsula (CESME) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da UFRJ (NEPI), a partir de solicitação da FINEP, que apoiou financeiramente o projeto, empreenderam um trabalho pioneiro sobre a criança pobre no Brasil:

o levantamento sistemático da produção acadêmica, jurídica, oficial, jornalístico-literária e da Igreja Católica nos últimos vinte anos. O interesse da FINEP em conhecer a produção sobre crianças e adolescentes de baixa renda visa elaborar um programa de incentivo ao aprofundamento da pesquisa nessa área. Em última instância, o objetivo seria o de subsidiar políticas sociais num país em que, segundo a PNAD de 1985, 40% da população de 0 a 18 anos vivem em domicílios cuja renda mensal corresponde, no máximo, a 1/2 salário mínimo *per capita*.

Diante de um universo de tal amplitude, a equipe propôs-se a restringir o levantamento à produção sobre "o menor", definido como "o que apresenta a condição básica de sujeito desviante" (infrator, delinqüente, marginalizado, menino de rua, ou "em situação irregular").

Entretanto, uma rápida olhada sobre alguns dos 606 títulos compilados indica, por exemplo, uma boa proporção agrupados sob o subtema "trabalho", o que certamente não constitui situação "desviante". Também foge inteiramente aos critérios anunciados a curiosa inclusão de meia dúzia de títulos sobre o aborto, na listagem da produção na área jurídica: se esse subtema é considerado pertinente, então a bem mais numerosa produção acadêmica a respeito, na área das ciências sociais e dos estudos sobre mulher, também deveria ter sido incluída. Quanto à referência bibliográfica de certos textos oficiais, sua entrada não padronizada talvez dificulte o leitor (ao invés do nome do estado, poderá ter de fazer sua busca por "governo" ou "secretaria", por exemplo).

Apesar das ressalvas, com a abertura do leque de temas abordados maior do que a intenção explicitada, o levantamento aproxima-se mais do próprio título, configurando útil subsídio para planejadores e pesquisadores voltados para a infância pobre no Brasil.

Tina Amado